

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Governo insistirá nas privatizações	3
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Dívida pública é de R\$ 5,80 trilhões	4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Respeito às mulheres (Editorial)	5
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Riscos fiscais e patrimônio de executivos (Artigo)	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
STJ poderá julgar tributação sobre folha de pagamentos	8
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Sigilo bancário e a atuação dos entes federados - OPINIÃO JURÍDICA	9
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
País cria 218,9 mil vagas com carteira assinada em julho, indica Caged	10
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: segurados chegam a levar quase um ano para obter benefício	11
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Indecisos se frustram com debate e criticam machismo de Bolsonaro	13
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
Lula acena com reajuste "gradual"	16
O GLOBO - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Risco de envelhecer antes de enriquecer é desafio para o Brasil (Editorial)	17
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Setor quer atuar em fronteiras	18
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Política para e com as juventudes (Artigo)	19
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A "chinesada" do Paulo Guedes e a dependência externa do agronegócio - VAIVÉM DAS COMMODITIES	20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**País deixa de arrecadar R\$ 118 bi por reinjetar gás natural, em vez de usá-lo - COLUNA
BROADCAST**

..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto deve manter desoneração de combustível em 2023..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inadimplência cresce e é motivo de apreensão (Editorial)..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo médio da dívida pública tem maior patamar desde 2017..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro manobra por Orçamento com cortes de verba em ciência e cultura..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado vê mais alívio na inflação e PIB maior no ano..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A pobreza de Bolsonaro - PEDRO FERNANDO NERY..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros médios cobrados por bancos sobem para 39%..... 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

O que marcou o primeiro debate - MÍRIAM LEITÃO..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Criação de emprego com carteira assinada fica abaixo do esperado..... 34

Governo insistirá nas privatizações



michelle portela

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha admitido certa "frustração das privatizações", o governo federal ainda não jogou a toalha para a venda de patrimônio da União, mesmo diante do risco eleitoral, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. O Ministério da Infraestrutura planeja, ainda para este ano, a concessão de 31 ativos.

A informação foi dada pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, durante o último pregão dos aeroportos, realizado na Bolsa de Valores Brasileira (B3), na semana passada. Na ocasião, o governo federal arrecadou R\$ 2,72 bilhões na sétima rodada de leilões de concessão de terminais, que vai transferir a administração de outros 15 à iniciativa privada.

De acordo com o MInfra, está prevista a concessão de 31 ativos: três rodovias, 13 arrendamentos portuários, três desestatizações portuárias e a relicitação de dois aeroportos. No total, somam cerca de R\$ 90 bilhões em investimentos privados durante os contratos.

Alguns projetos têm atraído os olhares do setor privado: a desestatização do Porto de Santos, com R\$ 18,5 bilhões em investimentos para a modernização; dois lotes do bloco de rodovias integradas do Paraná, com investimentos na ordem de R\$ 16 bilhões; e a concessão da BR-381/MG, com R\$ 5,75 bilhões estimados. Está previsto, também, o projeto do sistema BR-040/495/MG/RJ, principal ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Para o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, a venda dos ativos dependerá, principalmente, das eleições. Mas outros fatores têm peso. "Vamos

encontrar um cenário de economia global prejudicada por uma série de situações: **inflação** alta nos Estados Unidos, e em outros locais, e baixo ânimo de investidores ainda experimentando um mundo pós-pandemia", avalia.

Rafael Martins de Souza, pesquisador do Centro de Estudos e Regulação em Infraestrutura (Ceri) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que a lista do patrimônio a ser privatizado inclui alguns muito importantes para a economia do país. "O Porto de Santos é o maior porto da América Latina. As rodovias do Paraná têm papel bastante destacado no escoamento da produção do estado. O volume de investimentos contratados, R\$ 90 bilhões, é bastante significativo, considerando o orçamento para investimentos do Ministério da Infraestrutura de 2022, R\$ 792 milhões", avalia.

Repasse para a cultura adiados

O governo publicou, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória (MP) 1.135/22, que adia os repasses da União às unidades da Federação para apoio aos setores culturais e de eventos afetados pela pandemia de covid-19. O texto ainda condiciona o auxílio à disponibilidade financeira e orçamentária. Dessa forma, os R\$ 3,86 bilhões previstos pela Lei Paulo Gustavo para incentivar a cultura e garantir ações emergenciais, devem ser liberados somente no ano que vem. A MP também altera os prazos da Lei Aldir Blanc 2, que prevê o envio de até R\$ 3 bilhões anuais aos estados, Distrito Federal e municípios somente a partir de 2024 - inicialmente, estava previsto para começar em 2023 e, assim mesmo, só haverá repasses se houver disponibilidade orçamentária e financeira. As duas leis de apoio ao setor cultural haviam sido vetadas integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Dívida pública é de R\$ 5,80 trilhões



crescer até o final do ano. Uma parte determinante se deve à forte expansão do custo da dívida pública, especialmente com a recente subida da taxa básica de juros. Em dezembro de 2021, por exemplo, o custo médio do estoque da dívida pública federal foi de 8,91% ao ano. Este patamar subiu para 10,76% ao ano em julho de 2022", afirmou.

Após dois meses seguidos de alta, o chamado colchão de liquidez da dívida pública, reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos, registrou queda de 3,58% em termos nominais. A reserva passou de R\$ 1,221 trilhão em junho para R\$ 1,178 trilhão no mês passado. O recuo, segundo o Tesouro, também se deu devido ao resgate líquido observado em julho. (RG)

A dívida pública mobiliária ficou em R\$ 5,80 trilhões em julho, de acordo com o balanço divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional. O montante representa uma redução de 0,7% em relação a junho, quando o endividamento estava em R\$ 5,84 trilhões. A variação se deu principalmente por conta do resgate líquido de R\$ 81,6 bilhões em títulos, que foi neutralizado, em parte, pela apropriação de juros, no valor de R\$ 40,5 bilhões.

Segundo a secretaria, "o mês de julho foi marcado por ambiente de aversão ao risco no exterior, refletindo incertezas quanto à **inflação** e crescimento globais." Por outro lado, o alto volume de vencimentos e a queda do dólar fizeram com que o custo médio do estoque da dívida pública, no acumulado em 12 meses, apresentasse redução de 10,90% em junho para 10,76% em julho. "Se deu basicamente por essa valorização do câmbio no período. A depreciação do dólar em relação ao real fez com que a gente tivesse essa queda", disse o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública do Tesouro, Luís Felipe Vital.

Houve redução da participação dos títulos prefixados em relação ao mês anterior, que passou de 27,23% para 25,75%, devido ao resgate líquido de R\$ 107,53 bilhões. Já o custo médio das emissões de títulos públicos no mercado interno registrou aumento, passando de 12,03% ao ano, em junho, para 12,09% ao ano em julho.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, o resultado de julho não deve ser observado de forma isolada. "A perspectiva do próprio Tesouro Nacional é de que o estoque da dívida deva

Respeito às mulheres (Editorial)

As eleições de 2022 serão marcadas pelo protagonismo das mulheres. Num país machista e preconceituoso, como o Brasil, são elas que decidirão quem ocupará a Presidência da República nos próximos quatro anos. Não por acaso, todos os temas relacionados a elas, em especial a misoginia e a desigualdade de renda, estão dominando os debates. Aqueles que insistirem em tratar as demandas femininas como mimimi e optarem por um discurso violento certamente não contarão com o voto da maioria desse público.

Os números são eloquentes: as mulheres representam 53% do eleitorado, 40% delas dizem, segundo pesquisas, que ainda podem mudar de voto até o dia das eleições, 50% veem a economia como a principal preocupação no momento, por causa da **inflação** e boa parcela cita a saúde como demanda importante, sobretudo pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus. Entre os eleitores com ensino superior completo, elas são 60,8%. No grupo que tem ensino universitário incompleto, representam 55,2%. Dos que concluíram o ensino médio, somam 56,1%.

As eleições mais recentes mostram que as mulheres adquiriram opinião própria, votam segundo os seus princípios e de acordo com o que acreditam. Não se guiam mais por pais e maridos. Como muitas têm ressaltado, política não é mais coisa de homem, ainda que elas estejam sub-representadas em todas as esferas de governo, quadro que tende a mudar mais rapidamente nos próximos anos. Aqueles que não se antenarem à nova realidade perderão o bonde da história. Foi-se o tempo que o voto feminino era artigo de segunda categoria.

Nesse contexto, a submissão virou coisa do passado. E o Brasil tem uma dívida enorme com as mulheres, cujo direito do voto só lhes foi concedido em 1932, ou seja, 108 anos depois de os homens exercerem esse ato de cidadania. A obrigatoriedade do voto feminino só foi instituída em 1965. Antes, voluntária, a escolha nas urnas muitas vezes era decidida pela família. Uma distorção característica de uma nação patriarcal, de caciques e coronéis políticos.

Com razão, as mulheres questionam por que ainda há tanta disparidade no mercado de trabalho, por que ainda ganham menos que os homens mesmo exercendo as mesmas funções. Chefes de família, elas indagam sobre os motivos de não terem creches à disposição de seus filhos para que possam trabalhar em paz e por que a **inflação** está tão alta a ponto de

entes queridos passarem fome. Demonstram enorme sensibilidade ante a desestruturação das famílias, preocupadas com o futuro dos filhos e dos maridos desempregados. Também cobram medidas mais efetivas contra a violência doméstica, da qual são as principais vítimas. É isso que precisa ser levado em conta por aqueles que disputam a Presidência da República.

O direito de as mulheres se posicionarem abertamente, inclusive na política, não pode ser visto como algo pejorativo, como pregam alguns, que tentam desqualificá-las ao defini-las como feministas. Sim, são feministas e donas de suas vontades. Elas sabem o poder que têm e deixarão bem claro nas urnas o que pensam e o que repudiam. Conquistá-las vai muito além de promessas populistas e sem conteúdo.

Sendo assim, que nos pouco mais de 30 dias que faltam para as eleições, o voto feminino se mantenha na linha de frente das discussões por um Brasil melhor. Descompromisso com esse eleitorado será sinal de derrota certa. Acabou o tempo de achar que o cabresto se sobrepõe à liberdade da livre escolha. As mulheres estão aí para mostrar que o país pode mudar para melhor. Basta, apenas, ter a humildade para ouvir as demandas delas, sem soberba, instinto de superioridade e misoginia. Elas querem e merecem todo o respeito, independentemente da posição política que venham a tomar.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Respeito às mulheres

Riscos fiscais e patrimônio de executivos (Artigo)

Breno Vasconcelos, Bruno Fajersztajn, Daniel Loria, Giancarlo Matarazzo, Luciana Aguiar, Marcelo Vicentini e Vivian Casanova

Todos nós, autores deste artigo, conhecemos histórias de executivos de grandes empresas surpreendidos com o bloqueio de suas contas bancárias.

O motivo estava relacionado a autos de infração lavrados contra a empresa onde atuam (ou atuaram anos atrás) e nos quais foram imputados como corresponsáveis.

Situações como essa são vividas frequentemente em casos de amortização de ágio e outros temas relevantes. A corresponsabilidade de executivos pode ser aplicada com base em alegações vagas de "interesse comum no fato gerador" ou de prática de atos com "excesso de poderes" (artigos 124, I, e 135 do Código Tributário Nacional). Costumamos ver, também, a acusação de fraude e lavratura de representação fiscal para fins penais, mesmo em situações de mera divergência de interpretação da lei.

Outra consequência da imputação de responsabilidade é o "arrolamento de bens" - mecanismo de monitoramento de bens de potenciais devedores desde a lavratura do auto de infração. Os bens arrolados ficam com uma espécie de "carimbo" em seu registro.

Apesar da possibilidade, em tese, de venda, com obrigação de informar o Fisco, na prática, o arrolamento "congela" o patrimônio do executivo, reduzindo o valor de mercado ou até inviabilizando a venda.

O arrolamento ocorre sempre que o débito em discussão supera 30% do patrimônio do devedor e R\$ 2 milhões. O problema é que a **Receita Federal** faz esse cálculo considerando o patrimônio individual de cada executivo corresponsabilizado, sem levar em conta o patrimônio da empresa.

Mesmo quando a empresa tem bens suficientes para arcar com a dívida em discussão, é boa pagadora e figura como grande contribuinte, o executivo pode ter seus bens pessoais arrolados. Isso não faz nenhum sentido!

A finalidade do arrolamento é monitorar o patrimônio do contribuinte para assegurar o pagamento do débito.

Quando a empresa tem patrimônio para satisfazer a suposta dívida, o arrolamento dos bens dos executivos é desnecessário e representa desvio de finalidade, medida arbitrária, que implica coação dos administradores.

Os gastos incorridos por causa dessa acusação são relevantes, incluindo seguro de directors and officers (D O) e advogados (como nós), além do estresse e da energia despendidos.

Inclusive, os seguros costumam não ser eficazes, seja porque a acusação de fraude cria brecha para a seguradora não indenizar perdas, seja pela dificuldade de calcular a perda decorrente do arrolamento (qual é a perda de valor do patrimônio arrolado?).

A regra do arrolamento coloca no mesmo balaio os executivos de companhias abertas com alto custo de conformidade e obrigados a tomar decisões diligentes (muitas vezes amparadas em opiniões de especialistas) e os contribuintes com sinais de evasão de patrimônio e prática de fraude.

O arrolamento de bens de executivos contribui para o aumento do contencioso brasileiro.

Para ter uma ideia, segundo estudo elaborado por pesquisadores do Insper, no Brasil, o contencioso administrativo tributário federal equivale a 16,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A **Receita Federal** e a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) têm, felizmente, caminhado no sentido de promover uma relação mais construtiva com os contribuintes.

Têm sido adotadas iniciativas louváveis na revisão de atos normativos, incluindo melhorias no processo de consulta e inovações na solução de litígios.

Deve haver governança interna na **Receita Federal** que previna autuações excessivas, como a criação de uma instância máxima interna que estabilize procedimentos antes de autuações fiscais, como indicado no relatório do Insper, e o aprimoramento de regras de interpretação para alinhamento entre a

Receita Federal e a PGFN.

No tema do arrolamento, é verdade que a nova Instrução Normativa da **Receita Federal do Brasil** (RFB) n.º 2.091, publicada em junho deste ano, traz a possibilidade de a empresa oferecer bem próprio para liberar bem do executivo, o que ajuda. Contudo, foi perdida a oportunidade de criar soluções mais eficazes e alinhadas com o novo paradigma que se pretende implementar.

Não se justifica o arrolamento dos executivos quando a empresa tem bens suficientes para pagar a dívida, ou, pelo menos, quando a dívida é inferior a 30% do patrimônio total dos devedores (empresa e corresponsáveis). A lei, em nossa visão, já permite essa forma de cálculo, bastando que a **Receita Federal** concorde com essa interpretação.

Outras melhorias podem incluir análise do risco de esvaziamento patrimonial antes do arrolamento e a permissão de substituir bens arrolados por garantias bancárias.

Mudar a relação entre o Fisco e o contribuinte depende de grandes e pequenos gestos.

Todas as mudanças são oportunidades para a construção de um melhor ambiente de negócios.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STJ poderá julgar tributação sobre folha de pagamentos

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

Sigilo bancário e a atuação dos entes federados - OPINIÃO JURÍDICA

Marco Antonio da Costa Sabino e Daniel Franco Clarke são, respectivamente, head de Resolução de Conflitos de Mannrich e Vasconcelos Advogados, professor universitário e doutor pela USP e pós-doutor pela Universidade de Coimbra; e advogado tributarista de Mannrich e Vasconcelos Advogados, pós-graduado em Direito Societário pelo Insper

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

País cria 218,9 mil vagas com carteira assinada em julho, indica Caged

O mercado de trabalho formal registrou um saldo positivo de 218,9 mil empregos com carteira assinada em julho, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e da **Previdência Social**.

O número ficou abaixo do resultado de junho passado (278.753) e de julho de 2021 (306.477 postos).

Especialistas veem uma desaceleração na oferta de vagas com carteira assinada, principalmente no setor de serviços.

O resultado do mês passado decorreu de 1.886.537 de admissões e de 1.667.635 de demissões.

No acumulado dos sete primeiros meses de 2022, o saldo do Caged está positivo em 1.560.896 de vagas - ante 1.785.489 no mesmo período do ano passado.

O mercado financeiro já esperava um novo avanço no emprego no mês, segundo estimativas coletadas pelo Estadão/ Broadcast. Mas o saldo anunciado pelo governo veio abaixo da maioria das previsões, calculada em 250 mil postos de trabalho.

Com ajuste sazonal, ou seja, ponderações feitas para comparar períodos diferentes, as contratações registradas pelo Caged recuaram 1,5% na margem.

As demissões, em contrapartida, cresceram 1,9% em julho, também dessazonalizadas.

"Eu leio como um número positivo, mas consigo ver uma certa perda de ímpeto", afirma o economista do Banco Original Eduardo Vilarim.

O Caged trata apenas do mercado formal, com carteira.

Já o mercado de trabalho brasileiro é formado, na sua maior parte, pelo trabalho informal - daí a diferença com os números do IBGE.

"Desde janeiro de 2014, quando se iniciou uma crise econômica relevante no País, o saldo entre novos contratados e desligados é positivo em 2,8 milhões (num período de um ano)", analisou o economistachefe da Necton Investimentos, André

Perfeito. "Provavelmente, devemos ver uma acomodação na criação de vagas. Afinal, ela avançou bastante ao longo dos últimos meses."

SETORES.

O setor de serviços foi o que puxou a geração de vagas com carteira assinada, com a criação de 81.873 postos formais, seguido pela indústria em geral, que abriu 50.503 vagas.

Para o economista da GO Associado Lucas Godoi, a desaceleração na geração de vagas de serviços é o principal destaque do resultado.

"Essa desaceleração, de certa forma, era previsível, tanto pelo aumento dos juros quanto pelo setor já ter recuperado um pouco o tempo perdido nos últimos dois anos." Já o comércio gerou 38.574 vagas em julho, enquanto houve um saldo de 32.082 na construção civil.

Na agropecuária, foram abertas 15.870 vagas no mês.

Para Godoi, a tendência nas próximas divulgações é de continuidade dessa desaceleração.

"Não que vá passar muito disso, os serviços já contrataram bastante em 2022, o setor tem um saldo positivo no ano que ultrapassa as 870 mil vagas", afirma o economista.

Distribuição

81,8 mil foi o número de vagas com carteira assinada registrado pelo setor de serviços em julho, puxando novamente os resultados do Caged. Depois, aparecem indústria (50,5 mil postos) e comércio (38,5 mil)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS: segurados chegam a levar quase um ano para obter benefício

Por *Marta Cavallini, g1*

Os brasileiros que precisam de algum benefício previdenciário seguem enfrentando longas filas - e uma espera que pode chegar a quase um ano.

Segundo dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), referentes a 17 de agosto, o maior tempo médio de espera era para a obtenção de Benefício de Prestação Continuada (BPC) por cidadão com deficiência: 332 dias, mais de 11 meses.

Veja abaixo:

O levantamento foi obtido pelo IBDP com base na Lei de Acesso à Informação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

LEIA TAMBÉM:

Aposentadoria especial do **INSS**: entenda o que é e quem tem direito
Aposentadoria por idade do **INSS**: veja quem tem direito e como pedir o benefício
Aposentadoria por tempo de contribuição do **INSS**: entenda o que é e quem tem direito
INSS: entenda a diferença entre BPC/LOAS e aposentadoria por invalidez e como solicitar

Prazos extrapolam os estabelecidos

Esses prazos superam - de longe, em muitos casos - os estabelecidos no ano passado em um acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (leia mais abaixo).

Para o benefício assistencial às pessoas com deficiência (BPC), o acordo prevê um prazo de 3 meses - menos de 1/3 do tempo que os beneficiários têm esperado.

Situação semelhante acontece com quem requer a aposentadoria por tempo de contribuição: o prazo médio para concessão é mais que o dobro (mais de 6 meses) do limite determinado no acordo (3 meses).

Já a espera pela pensão por morte, cujo limite é de dois meses para concessão, passava de 5 meses. Até a aposentadoria por idade, que costuma ter a concessão de forma automática, demorava quase 5

meses, 2 a mais que o prazo estabelecido.

De acordo com o levantamento, um total de 1.221.232 requerimentos iniciais de benefícios aguardavam análise em 17 de agosto. Desse total de requerimentos na fila, 580.006 eram benefícios assistenciais (BPC), sendo 488.320 de pessoas portadoras de deficiência e 91.686 de idosos.

Na fila da perícia médica, estavam 916.547 pedidos, sendo 707.923 de benefícios por incapacidade (auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez) e 208.624 de Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

O g1 entrou em contato com o **INSS** pedindo um posicionamento sobre esses números e aguarda resposta.

Tempo de espera expressivo

De acordo com a diretoria o IBDP, o tempo de espera dos benefícios assistenciais é bastante expressivo, considerando que se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como as pensões por morte, cuja espera é de quase 6 meses.

"Não vimos significativa mudança na diminuição dos números de maio para cá. Além disso, no âmbito dos recursos, os números também superam 1 milhão de processos que aguardam julgamento. E assim, vemos como medida tomada a robotização de análises, com indeferimentos automáticos com base apenas no CNIS [Cadastro Nacional de Informações Sociais], em flagrante descumprimento ao princípio da eficiência", pontua Adriane Bramante, presidente do IBDP.

De acordo com Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP, a fila apenas está mudando de lugar. O **INSS** indefere automaticamente e o recurso impede a sustentação oral e julga sem uma análise necessária quando há mandado de segurança, ou seja, a judicialização será ainda mais expressiva, deixando mais caro para toda a sociedade, causado pela falta de estrutura e de servidores dos órgãos da administração pública federal, aponta.

Prazos de análise

Em junho do ano passado, entraram em vigor novos

prazos para análise de benefícios, que vão de 30 a 90 dias, dependendo do benefício.

Até então, a lei previa o limite máximo de 45 dias para a análise de todos os benefícios, mas esse período não vinha sendo cumprido pelo instituto.

Pelos prazos válidos desde o ano passado, no caso da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, o prazo máximo continua sendo de 45 dias. Já para os benefícios assistenciais à pessoa com deficiência e ao idoso (BPC) e para as demais aposentadorias, o prazo é de 90 dias.

Veja abaixo os prazos de análise previstos para cada benefício e auxílio previdenciário:

Salário-maternidade: 30 dias
Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias
Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho: 45 dias
Pensão por morte: 60 dias
Auxílio-reclusão: 60 dias
Auxílio-acidente: 60 dias
Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC): 90 dias
Benefício assistencial ao idoso (BPC): 90 dias
Aposentadorias, salvo por invalidez: 90 dias

Para os benefícios que necessitam de perícia médica e avaliação social, o prazo é contado a partir da realização dessas etapas. Nesse caso, o prazo para a realização de perícia médica e avaliação social será de 45 dias, podendo chegar a 90 dias para locais de difícil acesso.

Esses prazos, que valem por dois anos, foram acordados entre o **INSS**, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) e foram homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2020.

Após o requerimento, caso falte alguma documentação necessária, o **INSS** pode emitir um **comunicado** ao segurado para que apresente os documentos solicitados. Nesse período de cumprimento de exigência, a contagem do período fica suspensa até o fim do prazo para entrega dos documentos.

Em relação aos valores atrasados, pagos retroativamente quando o segurado tem o benefício concedido, o beneficiário continua tendo direito a receber os valores correspondentes ao período de espera, a partir da data de entrada do requerimento no **INSS**.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/30/inss-segurados-chegam-a-levar-quase-um-ano-para-obter-beneficio.ghtml>

Indecisos se frustram com debate e criticam machismo de Bolsonaro



Da esquerda para direita, os candidatos ao Palácio do Planalto Luiz Felipe d'Avila (Novo), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Simone Tebet (MDB), Jair Bolsonaro (PL), Soraya Thronicke (União Brasil) e Ciro Gomes (PDT) participam do primeiro debate presidencial, no estúdio da TV Bandeirantes, em São Paulo. Imagem: Reprodução/Agência/Notícias

Paula Soprana e Renata Galf são Paulo

Os eleitores indecisos, não convictos ou dispostos a votar em branco consideraram o primeiro debate presidencial opaco em propostas e frustrante devido à troca de ataques pessoais entre candidatos e ao machismo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A observação é de uma pesquisa qualitativa do Datafolha realizada durante o evento deste domingo (28), que ouviu 64 pessoas indecisas sobre o voto no pleito de outubro. O levantamento não é representativo da população brasileira e visa a mostrar a percepção do grupo.

O debate organizado por Folha, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura reuniu por quase três horas os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Bolsonaro, Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (MDB), Luiz Felipe d'Avila (Novo) e Soraya Thronicke (União Brasil) na sede da Band, em São Paulo.

O universo de pessoas que pretendem votar em branco ou nulo é de 6%, segundo a última pesquisa Datafolha, realizada de 16 a 18 de agosto. Há, ainda, 2% que não sabem em quem votar.

O debate foi considerado importante para a decisão eleitoral por 80% dos entrevistados pelo instituto. Já 67% disseram ter mudado de voto.

Os eleitores foram divididos em três salas virtuais com mediadores do Datafolha durante o debate. A cada bloco, avaliaram por meio de um aplicativo o desempenho de cada candidato e a satisfação em relação às suas respostas.

Tebet foi a mais bem classificada, seguida de Ciro Gomes. Bolsonaro, candidato à reeleição, registrou o pior desempenho entre os entrevistados, distante dos

demais postulantes no quesito. Parte da insatisfação veio dos ataques que ele dirigiu às mulheres, segmento que ele precisa conquistar na campanha.

No segundo bloco, nervoso com uma pergunta da jornalista da TV Cultura Vera Magalhães, disse que ela era uma "vergonha para o jornalismo brasileiro". Também atacou Tebet e fez aferições de cunho machista.

"Bolsonaro gosta de reduzir as oportunidades de trabalho das mulheres, sempre cita salão e cozinha", disse um entrevistado. "Bolsonaro foi meio grosso com a jornalista" e "ele gosta de deixar claro que lugar de mulher é em salão, cozinha e em casa", afirmaram outros.

Outras observações foram: "Bolsonaro está dando um tiro no pé. Em vez de mostrar suas propostas, ele só ataca os outros candidatos" e "Bolsonaro começou a atacar muito, desrespeitou muito, toda hora chamando o Lula de presidiário. Podia ter um pouco mais de respeito, né? Bate, mas tem que ter um pouco de respeito." O desempenho do ex-presidente Lula também ficou aquém do esperado. Para os presentes, o petista demonstrou preocupação em combater Bolsonaro e não apresentou propostas.

"Lula está muito focado em querer combater o Bolsonaro e está se perdendo em mostrar propostas concretas", disse um eleitor. "Lula não convence mais, precisamos de sangue novo", concluiu outro.

As trocas de farpas entre os primeiros colocados nas pesquisas e o desvio às questões centrais não foram bem-vindos pelo grupo.

"Bolsonaro, Lula e Ciro estão com sérias dificuldades de responder às perguntas de maneira direta, nunca respondendo às perguntas sem citar o passado ou adversários." Diante dos ataques, candidatos menos conhecidos nas pesquisas receberam mais atenção. Um dos entrevistados, antes dividido entre Lula e Bolsonaro, disse que o debate lhe permitiu conhecer Tebet.

"Gostei muito dela, achei que ela foi muito certa no que queria falar... Então abriu um pouco mais a minha mente para os outros candidatos." A senadora, quarta nas pesquisas de intenção de voto, com apenas 2%

na última pesquisa Datafolha, apresentou propostas como crédito para saúde e uma poupança para jovens estudantes de R\$ 5.000 anuais, projeto considerado irreal por muitos dos entrevistados. "Esse papo de R\$ 5.000 para estudante é sem nexos", disse um deles. Foi elogiada, entretanto, pela sua atuação na CPI da Covid.

De modo geral, os eleitores sentiram falta de planos para segurança pública, saúde, saneamento e meio ambiente. Muitos ainda seguem indecisos ou não convictos sobre a escolha para o próximo ocupante do Palácio do Planalto.

Entre aqueles que mudaram de opinião sobre os candidatos, as justificativas foram as propostas apresentadas pelos menos conhecidos. Disseram que gostaram de ouvir "vamos esquecer do passado e pensar no futuro".

Os que não mudaram de opinião após o debate justificam que o evento ficou concentrado no passado.

Na avaliação por blocos, Tebet ficou na liderança, acompanhada de Ciro, com valores próximos na escala de satisfação dos eleitores.

Bolsonaro apresentou o pior desempenho para o grupo. Foi o único que teve mais avaliações negativas (ruim e péssimo) nas suas respostas do que positivas (ótimo e bom).

As respostas de Lula foram mais bem avaliadas no primeiro bloco, com mais da metade de avaliações positivas, e passaram a declinar. No terceiro, o petista teve seu mais baixo percentual de avaliações positivas, atrás apenas do atual presidente.

A metodologia da pesquisa reuniu cerca de 30 eleitores não convictos dos três presidenciáveis mais bem posicionados nas pesquisas, cerca de 10 indecisos de outros candidatos e cerca de 20 que pretendem votar branco ou nulo.

A amostra agregou homens e mulheres de 22 a 69 anos de todas as regiões, escolaridade variada e renda familiar mensal entre dois e dez salários mínimos - o salário mínimo no Brasil, em 2022, é de R\$ 1.212. Havia eleitores assalariados, autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, desempregados e estudantes.

Veja em frases os piores momentos do primeiro debate presidencial

"O país que eu deixei é um país que o povo tem saúde. É o país do emprego, é o país em que o povo tinha o direito de viver dignamente, de cabeça

erguida" Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após citar números de seus mandatos e fugir da pergunta de Jair Bolsonaro (PL) sobre corrupção nos governos do PT

"Nós fizemos milagre durante a pandemia. Lamentamos as mortes, mas investimos para que empregos não fossem destruídos" Jair Bolsonaro (PL) ao ignorar seu negacionismo diante da pandemia, quando questionado sobre fala em que negou haver fome no Brasil

"A economia está bombando, e o Brasil está sendo exemplo para o mundo nessa área" Jair Bolsonaro (PL) ao comentar sobre a situação econômica do país, com desemprego a 9,3% no segundo trimestre e **inflação** acumulada em 12 meses de 10,07%

"Acho que você [jornalista Vera Magalhães] dorme pensando em mim, você tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido num debate como este. Fazer acusações mentirosas ao meu respeito.

Você é uma vergonha para o jornalismo" Jair Bolsonaro (PL) após a jornalista perguntar sobre queda da vacinação

"A senhora [Simone Tebet] é uma vergonha no Senado Federal. E eu não estou atacando mulheres, não. Não vem com essa historinha de que eu ataco mulheres, de se vitimizar" Jair Bolsonaro (PL) no momento em que Simone Tebet (MDB) interfere em ataque à jornalista Vera Magalhães

"Precisamos replicar as boas experiências existentes. Por exemplo, a polícia Maria da Paz, uma força importante que vem aumentando brutalmente [o número] de mulheres que têm coragem de denunciar estupro" Felipe D'Avila (Novo) ao confundir o nome da lei contra violência doméstica, a Lei Maria da Penha

"Não sou atriz e não estou aqui para disfarçar, mas vocês podem ter certeza de que do jeito que está eu vou começar a entregar, e é muita coisa. Reforcem a minha segurança, delegado" Soraya Thronicke (União Brasil) quando comentava sobre a polarização na política

"Grande parte das mulheres no Brasil me ama" Jair Bolsonaro (PL) ao comentar polêmicas envolvendo o tema

"Nós pregamos a união, o amor, a compreensão. Por que me atacar? Porque acabei com a harmonia da corrupção de muita gente por aí? Por isso essa raiva de todos contra Jair Bolsonaro?" Jair Bolsonaro (PL) ao comentar críticas dos adversários e ignorar, por exemplo, o escândalo no MEC e as suspeitas de corrupção na Codevasf

"Não sou de assumir compromisso, de me comprometer afazer metade, indicar religioso, indicar mulher, indicar negra, indicar homem [...]. Você vai indicar as pessoas que têm capacidade para assumir determinados cargos" Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao não assumir compromisso de nomear mulheres para ao menos metade dos cargos de primeiro escalão de seu governo

"Tive o prazer de indicar a primeira mulher candidata à Presidência da República, que, quando deixou o mandato, em 2014, o desemprego era apenas 4,5%, padrão Finlândia, padrão Noruega" Luiz Inácio Lula da Silva (PT) citando dado errado sobre o governo de sua sucessora; no primeiro trimestre de 2016, ainda na gestão de Dilma Rousseff, o desemprego no Brasil estava em torno de 11%

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

19

Lula acena com reajuste "gradual"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

No caso de vitória nas eleições deste ano, a campanha do expresidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia uma "recomposição gradual" dos salários dos **servidores públicos** atrelada ao crescimento da economia a partir de 2023. Lula também pretende criar um conselho econômico para discutir a reforma administrativa (mudanças no RH do Estado) em conjunto com os três Poderes e com participação da sociedade, nos moldes do antigo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social criado pelo petista, em 2003, em seu primeiro mandato.

O ex-presidente sinalizou que vai trabalhar para definir um teto efetivo para a remuneração nos três Poderes, sem os penduricalhos que foram sendo criados, e evitar grandes distorções salariais no serviço público. Em tese, o teto hoje é de R\$ 39,3 mil, mas, na prática, servidores conseguem contracheques acima desse valor com os penduricalhos.

"A proposta é gradual e leva em conta o crescimento da economia.

À medida que o País volta a crescer, aumenta a receita, e, portanto, ele faz o plano, como fez em 2003, de gradativamente fazer essa recuperação (salarial)", disse ao Estadão o ex-governador do Piauí Wellington Dias, um dos interlocutores do ex-presidente na área econômica.

Segundo Dias, essa estratégia de recuperação gradual também seria usada para os reajustes do salário mínimo e da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A última vez que o salário mínimo teve ganho real (acima da **inflação**) foi no início de 2019, primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, quando ele assinou um decreto atualizando o valor do piso de acordo com a política de valorização aprovada no governo Dilma Rousseff (PT) e válida de 2016 a 2019. Já a última correção na isenção da tabela do IR (hoje, em R\$ 1,9 mil) foi feita em 2015, ainda no governo Dilma.

A promessa de fazer as reformas administrativa e tributária foi feita por Lula durante sabatina na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Até então, a reforma administrativa não constava nas prioridades. A demanda partiu, sobretudo, dos empresários, pois representaria o enxugamento dos gastos da máquina pública.

REFORMA DE BOLSONARO.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a enviar ao Congresso, em setembro de 2020, uma proposta de reforma administrativa, com mudanças na forma como os **servidores públicos** são contratados, promovidos e demitidos, mas não trabalhou pela aprovação do texto.

Procurados, os candidatos Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) não responderam até a conclusão desta edição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco de envelhecer antes de enriquecer é desafio para o Brasil (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Noticias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ

Risco de envelhecer antes de enriquecer é desafio para o Brasil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor quer atuar em fronteiras

Michelle Portela

Em documento encaminhado aos candidatos à Presidência da República, os empresários do setor de mineração defendem a prospecção de minérios em faixa de fronteira, mas prega o respeito às terras indígenas. O texto, que tem um total de 188 páginas, faz um apanhado da situação do setor, ressaltando a importância da mineração para a balança comercial e para a atração de investimentos para o país.

A possibilidade de mineração em terras indígenas, defendida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) é objeto de projetos de lei em discussão no Congresso. O relatório destaca a necessidade da modernização da legislação aplicada ao setor, sem, entretanto, ferir os direitos dos povos indígenas.

"É imprescindível eliminar barreiras para a mineração, como em faixas de fronteira, respeitando áreas indígenas. Não há que se falar em oposição entre essas ideias. O setor privado pode assumir isso como projeto", avaliou Rinaldo Mancin, diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que assina o documento.

"Não pretendemos a supressão de direitos constitucionais, mas precisamos discutir a exploração dessa faixa de fronteira", reforçou o presidente da entidade, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann.

De acordo com o relatório, o setor de mineração é um dos que mais tem atraído investimentos e contribuído de forma crescente para a balança comercial do país. Em 2021, o saldo mineral - diferença entre exportações e importações de minérios - foi equivalente a 80% do superavit comercial do Brasil. No ano anterior, a participação havia sido de 64,4%.

Entre outras informações, o texto destaca também que o recolhimento de **impostos** no setor saltou de R\$ 66 bilhões, em 2020, para R\$ 117 bilhões no ano passado.

De acordo com o relatório, os bens minerais representaram, em 2021, cerca de 20,6% de todos os produtos exportados pelo Brasil. Além disso, o saldo comercial do país, superavitário em US\$ 61,2 bilhões, teve uma contribuição de 80% oriunda do setor, que foi de US\$ 48,9 bilhões.

Uma das características mais relevantes do crescimento do setor é a atração de investimentos nos

estados, como a Bahia, que receberá US\$ 6 bilhões, ou 15% do total de investimentos até 2026, em mineração. Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Maranhão são outros exemplos.

Política para e com as juventudes (Artigo)

Marcus Barão e Mariana Resegue, Coordenador-geral do Atlas das Juventudes e presidente do Conjuve (Conselho Nacional da Juventude) Jornalista, é coordenadora estratégica do Em Movimento e coordenadora-geral do Adas das Juventudes

O Brasil vive um momento ímpar: temos a maior geração de jovens do nosso país. São quase 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos (um quarto da população), que representam potência, poder de desenvolvimento e inovação. Ainda assim, os desafios **impostos** para as juventudes brasileiras (sim, no plural, pois são muito diversas) são imensos e estão mapeados na plataforma Atlas das Juventudes, maior repositório de dados sobre jovens no Brasil.

Violência, racismo, educação, saúde e trabalho são alguns deles, todos agravados pela pandemia.

A mobilização que resultou em mais de 2,5 milhões de títulos emitidos por eleitores entre 15 e 18 anos foi histórica e mostrou que eles querem participar das transformações que desejam, mas ainda falhamos como país em garantir políticas públicas a essa faixa etária. Desde 2013, quando foi aprovado o Estatuto da Juventude, esse público aguarda a efetivação dos seus direitos em uma política de Estado.

É uma geração inteira que se tornou adulta sem enxergar o compromisso público com suas demandas. A ponto de "juventude" não ter orçamento garantido nem estar presente no último plano plurianual do atual governo, segundo relatório do Conjuve, o Conselho Nacional da Juventude.

Em 2060, um em cada quatro brasileiros terá 60 anos ou mais. Isso significa que temos agora uma janela única e urgente de oportunidades de ação para as gerações futuras.

No intuito de facilitar e propor um caminho com comprometimento para essa construção coletiva em diferentes níveis, o Atlas das Juventudes lançou nacionalmente o "Juventudes do Agora - Diretrizes e Bases para uma Política Nacional Para e Com as Juventudes". O documento pode ser acessado no www.juventudesdoagora.com.br e propõe uma metodologia para o fortalecimento de uma agenda a ser adotada pelos governantes eleitos para concretizar políticas públicas que respondam aos desafios, anseios e sonhos das juventudes. A sociedade civil também pode acessar e assinar na plataforma seu compromisso social, pressionar e acompanhar os

desdobramentos dos parlamentares no cumprimento dessa agenda.

O guia contém, além de outros pontos, os compromissos prioritários com as juventudes brasileiras e os passos para tomar essa política uma realidade.

Candidatos às eleições estão recebendo a proposta. A intenção é conseguir incidência nas eleições, nas candidaturas e na mobilização massiva de jovens em todo o Brasil, com um plano de influência que se estenderá também ao período pós-eleitoral, na transição governamental e na definição das prioridades para os cem primeiros dias de governo e do Legislativo até a proposição do Plano Nacional de Juventude.

Em um ano importante como este, em que eleições decisivas estão à nossa porta, é essencial que o Brasil inteiro saiba que as juventudes precisam ser agenda prioritária de todo e qualquer governo.

Já passou da hora de o Brasil se posicionar na garantia dos direitos dessas juventudes -e precisa ser agora: amanhã será tarde demais.

* O Juventudes do Agora é uma iniciativa do Atlas das Juventudes. Tem a missão de fortalecer a democracia participativa e o protagonismo juvenil na consolidação de uma política de Estado e de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil

[...] A mobilização que resultou em mais de 2,5 milhões de títulos emitidos por eleitores entre 15 e 18 anos foi histórica e mostrou que eles querem participar das transformações que desejam (...). Desde 2013, quando foi aprovado o Estatuto da Juventude, esse público aguarda a efetivação dos seus direitos em uma política de Estado

Marcus Barão e Mariana Resegue, Coordenador-geral do Atlas das Juventudes e presidente do Conjuve (Conselho Nacional da Juventude) Jornalista, é coordenadora estratégica do Em Movimento e coordenadora-geral do Adas das Juventudes

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50019>

A "chinesada" do Paulo Guedes e a dependência externa do agronegócio - VAIVÉM DAS COMMODITIES

MAURO ZAFALON

O ministro da Economia, Paulo Guedes, escolheu exatamente um evento agrícola para atacar a presença chinesa no Brasil. Não tinha pior lugar, uma vez que o setor é extremamente dependente daquele país asiático.

Desde que Paulo Guedes chegou ao governo, as exportações dos principais produtos do agronegócio somam US\$ 444 bilhões. Deste valor, 62% foram compradas dos chineses. As exportações para os Estados Unidos, outro país importante nessa relação comercial, ficaram em 26%.

O ministro da Economia tentava explicar a necessidade da redução dos **impostos** no país, principalmente a do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), caso contrário a "chinesada" poderia vir aqui e quebrar a indústria nacional, segundo ele.

Essa cutucada nos chineses ocorre em um momento em que a China começa a retirar algumas amarras sobre as exportações do agronegócio brasileiro, colocando na lista de compras produtos com maior valor agregado.

Os chineses estão prestes a liberar as importações de produtos derivados de soja, um mercado dificultado, e até fechado, para os brasileiros. Com essas exportações, o Brasil eleva as vendas de produtos de maior valor agregado.

A China sempre priorizou a compra de soja em grão porque o processamento interno gera emprego e renda no próprio país.

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro (PL), as exportações de soja somaram 305 milhões de toneladas, com receitas de US\$ 130 bilhões. Os chineses foram responsáveis por 72% desses valores.

A abertura do mercado chinês para os derivados de soja é boa tanto para o Brasil como para China. Os brasileiros processam cada vez mais soja, e o volume deve aumentar ainda mais quando o governo retirar as amarras que colocou sobre a produção de biodiesel.

Já os chineses estão industrializando mais a sua produção de proteínas, necessitando de um volume maior de derivados de soja e de milho.

O desenvolvimento da soja só ocorre no país devido aos chineses. Nesta safra 2022/23, a produção deverá superar 150 milhões de toneladas.

A produção de soja leva junto a de milho. A estimativa de safra deste cereal em 2023 é de 125 milhões de toneladas. Os chineses começam a ter interesse também no cereal brasileiro. Essa porta aberta é boa porque as importações da China são sempre em grandes volumes.

Os chineses são responsáveis também pelo bom desempenho do setor brasileiro de proteínas. Das receitas de US\$ 62,9 bilhões com as exportações, desde que Paulo Guedes chegou ao governo, 37% vieram da China.

O mercado externo brasileiro de carnes é bastante pulverizado, ao contrário do da soja, que é concentrado na China, mas os chineses ainda têm grande importância para o setor brasileiro.

A evolução da economia chinesa permitiu que vários outros produtos, além da soja, entrassem na lista de importações. No atual governo, 43% das exportações de celulose ficaram com a China; 13% das de açúcar; e 7% das de madeira.

Os chineses permitiram também uma boa evolução da produção brasileira de algodão, que soma US\$ 12 bilhões em exportações desde o início de 2019. Deste valor, 27% vieram da China.

Essa dependência brasileira do país asiático não é boa, mas os chineses também veem perigo nela, tanto que buscam alternativas de produção em outras regiões, principalmente na África.

O governo atual de vez em quando tem uma recaída com relação aos parceiros comerciais do agronegócio. Começou com Jair Bolsonaro afirmando que a China queria comprar o Brasil; visita a Taiwan, para irritar os

chineses; dúvidas sobre a vacina contra a Covid.

O Irã, país que está na lista dos principais parceiros do agronegócio brasileiro, já foi hostilizado pela família do presidente, enquanto os árabes já se sentiram preteridos pela devoção inicial do presidente a Israel.

As avaliações dos parceiros comerciais do agronegócio feitas pelo governo, quando fora do normal, vão minando aos poucos as relações entre os países.

A menos que se acredite que essas relações comerciais internacionais são sempre fáceis de ser resolvidas. É o que recomendava um dos seguidores de Bolsonaro quando sugeriu que não se vendesse soja para a China, mas apenas para os Estados Unidos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

19

País deixa de arrecadar R\$ 118 bi por reinjetar gás natural, em vez de usá-lo - COLUNA BROADCAST

DENISE LUNA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E CIRCE BONATELLI/ CRISTIANE BARBIERI (EDIÇÃO)

O Brasil deixou de arrecadar R\$ 118 bilhões em **tributos**, nos últimos cinco anos, com a reinjeção de gás natural nos campos de extração de petróleo. Ou seja: em vez de o insumo ser consumido, ele volta para os poços de onde os volumes são extraídos. Segundo a CBIE Advisory, consultoria ligada ao Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), no ano passado, as perdas financeiras cresceram 120% - foram de R\$ 14,7 bilhões em 2017 para R\$ 32,4 bilhões. Em volume, eram reinjetados 27,61 milhões de metros cúbicos por dia (m3/d) em 2017. No ano passado, já eram 60,84 milhões de m3/d. Segundo o diretor e sócio do CBIE, Pedro Rodrigues, o valor é maior que toda a arrecadação do governo com o setor energético no ano passado.

Valor supera **tributos** pagos pelo setor

Se forem somados os valores que o governo recebeu de dividendos da Petrobras, **impostos** sobre combustíveis, leilões e outras participações governamentais, "o valor é menor do que o que ele deixou de receber reinjetando o gás natural", de acordo com o diretor do CBIE.

Falta de infraestrutura impede uso

O principal motivo para a reinjeção do gás natural nos poços de extração de petróleo é a falta de investimento em infraestrutura de escoamento. Além de prejudicar a arrecadação, que poderia ser destinada a áreas como saúde e educação, o Brasil perde a oportunidade de garantir a segurança energética.

GARGALO

Plataforma na Bacia de Santos: falta de gasodutos entre unidades produtoras e a costa, País desperdiça quase metade do gás natural

DESPERDÍCIO.

De acordo com Pedro Rodrigues, apesar de o País ter

uma produção capaz de suportar a demanda nacional, atualmente importa 50% do consumo de gás natural "porque não há infraestrutura para que o produto chegue até o consumidor final".

VOLTA.

Por falta de gasodutos entre as unidades produtoras e a costa brasileira, o Brasil reinjeta quase a metade do gás natural produzido. Em maio, no último dado disponível na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), dos 131,7 milhões de metros cúbicos de gás extraídos por dia das bacias brasileiras, 67,5 milhões de metros cúbicos foram reinjetados.

TRAVOU.

A situação se agravou este ano, após o impasse criado pela paralisação das obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Gaslub (ex-Comperj), em Itaboraí, no Rio de Janeiro, que adiou a entrada em operação da Rota 3, um gasoduto que traria este ano gás natural do pré-sal para ser processado na UPGN. Com a Rota 3, a estimativa é de que a oferta de gás cresça cerca 40%.

MEIO MILHÃO.

A brasileira Gran Cursos Online vai "estrear" na Nasdaq hoje. Mas não no pregão da bolsa de tecnologia.

Com recente aporte de R\$ 105 milhões do BTG Pactual, a empresa de educação pela internet - uma "edtech", no jargão das firmas de tecnologia - acaba de atingir a marca de 500 mil alunos e vai exibir esse feito em um painel na torre da Bolsa americana, com veiculação por 30 minutos na Times Square em Nova York.

CICLO.

Fundada em 2012, a Gran Cursos tem como meta chegar a 1 milhão de alunos até 2026. Em sua origem, vendia cursos preparatórios para concursos, deu início a programas de pós-graduação no ano passado e, em

2023, vai entrar no mercado de graduação, após a compra do Centro Universitário UniBagozzi, em Curitiba (PR). A aquisição, feita no mês passado, deve ser finalizada no ano que vem.

APOSTA.

O projeto da empresa de educação online atraiu o BTG Pactual, que fez o primeiro investimento de seu fundo de alto impacto na companhia.

O fundo foi lançado no fim do ano e captou R\$ 542 milhões em uma oferta pública.

CLUBE.

De olho nos clientes do setor de construção, o Santander Brasil renovou por mais dois anos sua associação com a Juntos Somos Mais, empresa de relacionamento entre varejistas de materiais e prestadores de serviços. O negócio foi criado pelas gigantes Votorantim Cimentos, Gerdau e Grupo Tigre em 2018 e hoje congrega mais de 90 mil lojas e 1,2 milhão de membros entre lojistas, vendedores e profissionais da construção.

GIRO.

O Santander faz parte da rede desde 2019, como a única instituição financeira. Só aí, o banco fagocitou 9,5 mil clientes no ano passado, que tomaram R\$ 950 milhões em crédito. O número já chegou a 10 mil, e a previsão da instituição é dobrar a marca, chegando a 20 mil nos próximos dois anos. Essa rede também é um canal importante para a Getnet. De janeiro a abril, o faturamento nas maquininhas com os clientes desse setor chegou a R\$ 1,2 bilhão.

SOBE

Capital estrangeiro favorece petroleiras

As petroleiras tiveram alta na B3 impulsionadas pela alta do óleo no mercado internacional e pelo bom humor externo, segundo analistas. Depois de avançar 4% no meio da tarde, os papéis da Petrobras encerraram com ganho de 2,50% (PN) e 2,16% (ON).

PetroRio subiu 2,52% e 3R Petroleum, 1,94%. Além da alta do petróleo, o fluxo de capital estrangeiro também favoreceu as petrolíferas, disse Pedro Galdi, da Mirae Asset.

DESCE

Queda do minério faz ações da Vale e da CSN caírem

A queda de mais de 3% do minério de ferro no exterior

derrubou os papéis de mineradoras e siderúrgicas na B3. Vale perdeu 1,93% e CSN Mineração, 1,30%. Já a CSN recuou 3,40%. Usiminas caiu mais - 5,19%, afetada por relatório do BTG Pactual que rebaixou a recomendação para a empresa de compra para neutra e cortou o preço-alvo do papel de R\$ 16 para R\$ 10. A exceção foi Metalúrgica Gerdau, que teve alta de 0,20%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto deve manter desoneração de combustível em 2023

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=1§ion=1

Inadimplência cresce e é motivo de apreensão (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=6§ion=2

Custo médio da dívida pública tem maior patamar desde 2017

Guilherme Pimenta e Estevão Taiar De Brasília

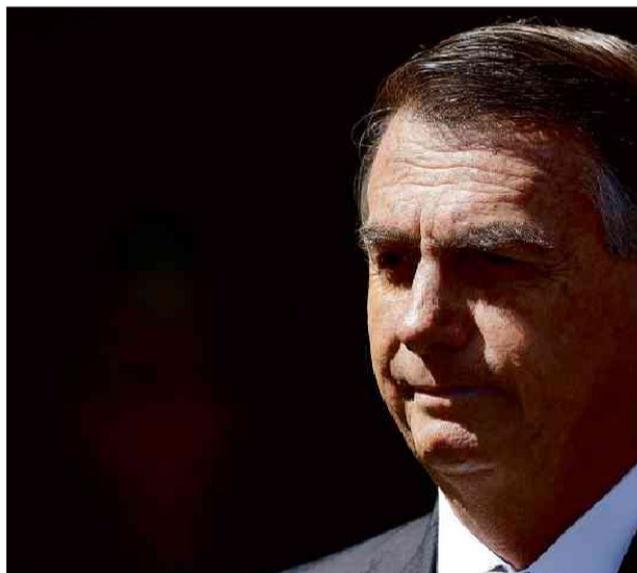
Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315

Bolsonaro manobra por Orçamento com cortes de verba em ciência e cultura



Jair Bolsonaro em evento em Brasília Gabriela Biló - 25.ago.22/Folhapress

Idiana Tomazelli Matheus Teixeira Marianna Holanda

O presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou nesta segunda-feira (29) duas MPs (medidas provisórias) que, na prática, permitem cortar verbas nas áreas de cultura e ciência e tecnologia, redirecionando o espaço no Orçamento para acomodar outras despesas, incluindo emendas parlamentares.

A expectativa dentro do governo é que as duas medidas abram caminho a um desbloqueio de verbas na avaliação bimestral do Orçamento programada para 22 de setembro, às vésperas da eleição. Também devem ajudar a fechar as contas da proposta orçamentária para 2023, a ser enviada na próxima quarta-feira (31).

O governo tem hoje R\$ 12,7 bilhões em despesas bloqueadas para evitar um estouro do teto de gastos, regra fiscal que limita o avanço das despesas à **inflação**. Em conjunto, as medidas podem contribuir para reduzir o bloqueio de 2022 em cerca de R\$ 8 bilhões, a depender da dinâmica de outras rubricas do Orçamento.

Embora Bolsonaro e o Congresso tenham negociado uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para instituir uma fatura extrateto de R\$ 41,25 bilhões para turbinar benefícios sociais até o fim do ano, outras despesas, como gastos de ministérios e emendas parlamentares, ainda precisam respeitar o limite de

gastos.

Diante da necessidade de cortes, o governo contrariou o Congresso Nacional e bloqueou quase metade dos R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator, instrumento usado como moeda de troca nas negociações políticas. Como mostrou a Folha, a medida gerou tanta insatisfação que foi preciso sinalizar à cúpula do Congresso a liberação do dinheiro logo após as eleições.

Uma das MPs publicadas por Bolsonaro, com vigência imediata, limita a R\$ 5,6 bilhões a verba a ser aplicada pelo FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2022. A medida, segundo técnicos ouvidos pela reportagem, deve liberar aproximadamente R\$ 2 bilhões em recursos.

Para 2023, a MP assinada por Bolsonaro, com vigência imediata, limita os valores aplicados a 58% da receita do fundo prevista para o ano. Esse percentual cresce em 10 pontos a cada ano até 2026, voltando a 100% em 2027.

Antes da MP, o governo precisava reservar espaço no Orçamento para bancar despesas equivalentes à toda a receita prevista para o fundo. Ainda havia um artigo proibindo o contingenciamento da verba -que foi revogado de forma imediata por Bolsonaro.

Em julho, o governo havia tentado aprovar no Congresso um projeto que permitia o bloqueio de gastos do fundo. A proposta foi alvo de duras críticas de associações do setor e, após pressão, foi rejeitada. Agora, no entanto, o tema deve voltar à pauta do Legislativo.

Uma segunda MP adiou os repasses das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, de auxílio à cultura em estados e municípios, e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aprovados pelo Congresso como resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 nesses setores.

As propostas chegaram a ser vetadas por Bolsonaro, mas os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, obrigando a equipe econômica a incluir seus impactos no Orçamento.

Em 2022, os gastos seriam de R\$ 3,86 bilhões com a

lei Paulo Gustavo e R\$ 2,5 bilhões com o Perse. Em 2023, haveria um repasse de R\$ 3 bilhões devido à lei Aldir Blanc.

A incorporação dos valores acabou pressionando o teto de gastos e contribuiu de forma decisiva para a ampliação do bloqueio nas despesas anunciado em 22 de julho e que acabou incidindo sobre as emendas parlamentares. Também vinha dificultando o fechamento da proposta orçamentária de 2023, que deve ser enviada com uma reserva ainda maior, de R\$ 19 bilhões, para a verba dos congressistas.

A MP editada pelo presidente adia os repasses da cultura e do setor de eventos em um ano, jogando para 2023 todas as despesas que deveriam ser executadas ainda em 2022. Já os gastos programados para o ano que vem foram postergados para 2024.

Além disso, os valores previstos na lei, antes definidos de forma expressa e obrigatória, foram flexibilizados. O texto diz agora que a União fica "autorizada" a repassar as cifras mencionadas, que são apresentadas como o "valor global máximo".

Na prática, segundo técnicos, a redação abre espaço para que o governo efetue pagamentos menores do que os estipulados na lei, uma vez que eles funcionarão como teto para as transferências.

Técnicos do governo avaliam que os projetos aprovados no Congresso não poderiam criar despesa obrigatória, sob risco de ferir a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, Fabrício Noronha, criticou a medida e disse que ela altera a "essência" das leis. "Foi um jeitinho que o governo federal deu em cima e um processo que já foi todo debatido. Numa canetada, ele fragiliza o planejamento. Sem obrigatoriedade do recurso, isso se torna uma disputa ano a ano", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

19

Mercado vê mais alívio na inflação e PIB maior no ano

Camila Moreira

O mercado segue vendo mais alívio na **inflação** brasileira este ano em meio a medidas do governo para conter a alta dos preços e reduções nos custos de combustíveis, enquanto a perspectiva de crescimento econômico melhorou para 2022 mas seguiu piorando para 2023.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (29) mostrou que os especialistas veem agora alta do IPCA este ano de 6,70%, contra 6,82% no levantamento anterior.

A perspectiva para os preços administrados passou a queda de 1,96%, de recuo de 1,80% antes, depois de medidas como a imposição de teto para as alíquotas de ICMS e, mais recentemente, reduções de preços de combustíveis anunciadas pela Petrobras nas refinarias.

Para o ano que vem, a **inflação** deve ficar em 5,30%, um recuo de 0,03 ponto percentual ante o levantamento da semana anterior, com alívio de 0,12 ponto na perspectiva para o avanço dos preços administrados, a 6,7%.

Nos dois casos, entretanto, a **inflação** terminaria acima do teto da meta oficial, que é de 3,5% para 2022 e de 3,25% para 2023, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para a atividade, as mudanças no Focus mostraram direções divergentes. A previsão é de que **PIB** (Produto Interno Bruto) cresça 2,10% este ano, desacelerando a 0,37% em 2023. Enquanto a previsão para 2022 melhorou em 0,08 ponto percentual, para o próximo piorou em 0,02 ponto.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda manutenção do cenário para a taxa básica de juros, com a Selic calculada em 13,75% ao final de 2022 e em 11,00% em 2023.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

19

A pobreza de Bolsonaro - PEDRO FERNANDO NERY



PEDRO FERNANDO NERY

O presidente repetiu no debate o argumento da alienada fala sobre a fome do País: "Já viu alguém pedindo um pão?". Para Bolsonaro, o Auxílio Brasil, de R\$ 600, supera confortavelmente a linha da extrema pobreza.

Esta, de US\$ 1,90 por dia, giraria ao redor de R\$ 10 diários, enquanto o Auxílio seria de R\$ 20 por dia. Há quatro erros aí: 1. A linha de extrema pobreza é, na verdade, menor do que Bolsonaro pensa. Ela não é de US\$ 1,90 por dia, mas de US\$ 1,90 "PPC": uma medida ajustada por poder de compra com base em pesquisas que comparam o custo de vida entre países.

Do Banco Mundial, é usada no Brasil pelo IBGE. É quase uma outra moeda, e no seu câmbio o valor está mais próximo de R\$ 6 por dia. Quem está abaixo desta linha, portanto, vive com mais privações do que na linha imaginada por Bolsonaro; 2. O valor do Auxílio nem sempre supera a linha da extrema pobreza. A linha é de um consumo por pessoa, e o Auxílio é pago por família.

Em uma família com pais e três crianças, a média é de R\$ 120 (R\$ 600 por cinco). É, então, possível que uma família no Auxílio esteja na extrema pobreza.

Enquanto o Bolsa Família e o auxílio emergencial pagavam valores maiores para famílias maiores, o Auxílio seguiu um valor único - para facilitar o marketing. É um dos seus pontos fracos. A desproporcionalidade faz com que o valor seja baixo em famílias vulneráveis, e alto, em outros casos; 3. Bolsonaro complementa que basta, para quem está fora do Auxílio, pedir para entrar, porque não haveria fila.

É falso. Câmara e Senado aprovaram o fim das filas. O presidente vetou o avanço, e assim o governo nega o benefício mesmo a quem satisfaz seus critérios; 4. A queda na extrema pobreza que, de fato, ocorre com o Auxílio é compatível com a fome. A taxa de extrema pobreza mede o percentual da população abaixo da citada linha. Mas não mede a distância dos miseráveis em relação a esta linha.

Quem está fora do Auxílio, sofrendo com a inflação, pode ter visto este hiato aumentar.

A extrema pobreza cai, e a insuficiência de renda dos miseráveis aumenta. Podemos ter menos miseráveis do que antes, mas os miseráveis restantes podem estar em maior sofrimento.

A realidade é mais complicada do que nos zaps que Bolsonaro recebe dos seus aspones. O próximo governo precisará corrigir o Auxílio Brasil: pagar benefícios proporcionais, proibir as filas e instituir metas para a redução da extrema pobreza (outra inovação do Congresso que Bolsonaro vetou). Fundamental é sair do cercadinho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros médios cobrados por bancos sobem para 39%

GABRIEL SHINOHARA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que marcou o primeiro debate - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
O que marcou o primeiro debate

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Criação de emprego com carteira assinada fica abaixo do esperado

Rafael Vazquez e Estevão Taiar De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187315?page=1§ion=1